

NAS ÁGUAS DO GUANDU



Ano 6 - Edição 8 - Outubro/2015

Informativo Impresso do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim

AÇÕES DO COMITÊ PARA AMENIZAR A FALTA DE CHUVAS



Rio Pirai em 2012: a mesma imagem hoje revela um cenário bem diferente

Com crise hídrica cada vez mais forte, projetos como Plano Associativo de Combate a Queimadas e PAF são fundamentais para o enfrentamento da situação

Leia mais na página 4

Novos proprietários do PAF são contratados

Leia mais na página 3

Crise hídrica em debate na Firjan

Leia mais na página 8

Cobrança do uso da água é discutida em reunião

Leia mais na página 9



O Boletim Informativo NAS ÁGUAS DO GUANDU é uma publicação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu

BR 465, km 7, Campus da UFRRJ - Prefeitura Universitária Seropédica (RJ) - CEP: 23897-000 - Tel: (21) 3787-3729
www.comiteguandu.org.br - guandu@agevap.org.br

Diretor Geral: Júlio Cesar O. Antunes
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES)

Diretor Executivo: Decio Tubbs Filho
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Diretores: Lívia Soalheiro (Instituto Estadual do Ambiente - INEA),
Andreia Loureiro (Prefeitura Municipal de Queimados),
José Gomes Barbosa Júnior (Light Energia S/A),
Amisterdan Ribeiro Cristo (Sindicato dos Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro - SIMARI).



Coordenação Técnica: Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP)
Rua Elza da Silva Duarte, 48 (Loja 1A) - Manejo - Resende (RJ)
CEP: 27520-005 - Tel: (24) 3355-8389 - www.agevap.org.br
agevap@agevap.org.br

Presidente do Conselho de Administração:
Friedrich Wilhelm Herms

Presidente do Conselho Fiscal: Sinval Ferreira da Silva

Diretor-Presidente: André Luis de Paula Marques

Diretora de Relações Institucionais Interina: Aline Raquel Alvarenga

Diretor Administrativo Financeiro: Diego Elias M. Nascimento Gomes

Gerente de Recursos Hídricos: Juliana Gonçalves Fernandes

Coordenadora de Núcleo: Fátima do Carmo da Silva Rocha

Produção Gráfica e Editorial, Diagramação, Arte-Final, Reportagens, Redação, Fotografias, Edição e Revisão:
Assessoria de Comunicação do Comitê Guandu -
Montenegro Grupo de Comunicação - Tel. (21) 2215-9463
www.montenegrocc.com.br - redacao@montenegrocc.com.br

Diretor Executivo: Cláudio Montenegro (MTb 19.027)

Jornalista Responsável: Leonardo Poyart

Supervisor de Comunicação: Richard Hollanda

Reportagens: Lucas Lacerda e Julio Camacho

Programação Visual: André Carneiro

Fiscalização e Acompanhamento: Luis Felipe Martins Cunha
e Fátima do Carmo da Silva Rocha

Tiragem: 3.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Caros leitores, chegamos a mais um número do nosso boletim "Nas Águas do Guandu". Nesta edição, abordamos as principais ações deliberadas pelo Comitê Guandu com o objetivo de promover a gestão dos recursos hídricos de nossa Região Hidrográfica.

Entre os destaques, está a participação do Comitê Guandu em um debate sobre a crise hídrica promovida pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Para uma plateia repleta de empresários da Baixada Fluminense, apresentamos as ações do Comitê e o que está sendo feito para o enfrentamento da crise da água.

Outro assunto que merece destaque é o projeto de Educação Ambiental. O Comitê realiza dois – Semeia Guandu: Atitude e Sustentabilidade e Combate à poluição e adaptação à escassez de recursos hídricos. Eles se propõem a mapear as lideranças regionais da área ambiental e o empoderamento político-social dos atores sociais em prol da efetividade das ações na Bacia do Rio Guandu. Também são destaque a realização do Encontro Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ECOB RJ), que discutiu o papel dos Comitês na gestão dos recursos hídricos, a ampliação de proprietários rurais que aderiram ao Produtores de Águas e Florestas (PAF), em Rio Claro, e as discussões para a revisão do valor da cobrança do uso da água.

Por fim, destacamos os trabalhos realizados pelo Comitê para o enfrentamento da crise hídrica para médio e longo prazos, com projetos como o Plano Associativo de Combate às Queimadas e o PAF. É o Comitê Guandu trabalhando em prol da sustentabilidade ambiental!

Boa leitura!

Acontece

FRENTE AMBIENTALISTA

O Comitê Guandu, representado pelo diretor executivo Decio Tubbs Filho, participou em junho, na ALERJ, do lançamento da Frente Parlamentar Ambientalista do Estado do Rio de Janeiro (FPARJ).

A FPARJ integrará a Frente Nacional e sua finalidade é unir parlamentares para atuar junto aos graves problemas ambientais do Estado, atuando com a sociedade civil, apoiando iniciativas governamentais e não-governamentais que visem a alcançar padrões sustentáveis de desenvolvimento.

A FPARJ será composta pelos deputados Carlos Minc, André Lazoni, Thiago Pampolha, Jorge Felipe Neto, Flavio Serafini, André Celiciliano, Átila Nunes, Janio Mendes, Marcelo Freixo, Nelson Gonçalves, Tio Carlos, Tiago Mohamed, Zeidan e Wanderson Nogueira.

NOVOS PROPRIETÁRIOS SÃO CONTRATADOS PARA O PAF EM RIO CLARO



A contratação de novos proprietários ocorreu na Câmara dos Vereadores de Rio Claro

Vinte e três novos proprietários rurais aderiram ao programa Produtores de Água e Florestas (PAF). Com isso, o número de participantes sobe para 68 nessa iniciativa, que já restaurou mais de 500 hectares e conservou outros 3.847. A adesão aconteceu no dia 27 de agosto, durante o Encontro de Produtores de Água e Floresta, realizado na Câmara de Vereadores de Rio Claro (RJ).

O PAF recompensa financeiramente quem contribui para a preservação e restauração de mananciais localizados na bacia do Rio Pirai. O local foi escolhido devido à sua importância no abastecimento de 9 milhões de pessoas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O projeto tem como base o desafio apontado durante a criação do Plano Estratégico de Recursos Hídricos, que vislumbra a adequação na gestão e manejo desse território.

Os benefícios incluem desde a remuneração financeira à adequação ambiental do imóvel rural. Os recursos são garantidos pelo Comitê Guandu, através da cobrança pelo uso de água na Região Hidrográfica do Guandu.

O secretário de Meio Ambiente de Rio Claro, Ronaldo Sabino, destacou os avanços. “O Rio de Janeiro está sofrendo com a falta d’água, mas nós estamos fazendo a nossa parte. Antecipamos a crise do Estado e queremos manter a meta de crescimento no número de produtores”, declarou.

O diretor geral do Comitê Guandu, Julio Cesar O. Antunes, acredita que a recuperação das matas ciliares e da cobertura vegetal é o caminho para o enfrentamento dos períodos de estiagem a médio e longo prazos. “Nossa meta é ampliar cada vez mais programas com essa proposta. O PRO-PSA Guandu é o próximo passo nessa direção”, disse.

PRO-PSA GUANDU

O Comitê Guandu está ampliando as iniciativas que visam a recuperação e conservação de florestas. É o caso do Programa de Pagamento por Serviço Ambiental na Região Hidrográfica II - Guandu (PRO-PSA Guandu), que propõe a criação de novos projetos de PSA na RH-II e contribuir para a adoção de práticas de conservação e restauração ambiental visando a manutenção da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos das bacias sob a gestão do Comitê Guandu.

O programa tem como um dos objetivos a difusão do conceito de pagamento por serviços ambientais como mecanismo econômico para a manutenção dos serviços ecossistêmicos relacionados aos recursos hídricos. Em adicional, a iniciativa visa, também, a contribuir para a prática de manejo integrado de solo e água em microbacias, contribuindo para a capacitação de agentes públicos e produtores rurais.

MEDIDAS PODEM AMENIZAR A ESCASSEZ HÍDRICA



Projetos têm como objetivo preservar e recuperar nascentes dos rios que alimentam as bacias dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim

A crise hídrica pela qual atravessa o Estado do Rio de Janeiro é grave. O Comitê Guandu, como órgão colegiado do sistema de recursos hídricos, está trabalhando para que as consequências desta situação não prejudiquem a população em médio e longo prazos. Proteção das margens dos rios e o reflorestamento e conservação das matas ciliares são algumas das medidas que estão no Plano de Aplicação Plurianual (PAP) de 2014-2016 do Comitê Guandu e foram deliberadas pela instituição.

O PAP prevê investimentos com recursos de R\$ 105 milhões, dos quais R\$ 47,2 milhões destinam-se a ações como gerenciamento integrado de recursos hídricos, recuperação da qualidade ambiental, proteção e aproveitamento dos recursos hídricos. O Plano é o instrumento que arquiteta e orienta as ações a serem executadas pelo Comitê Guandu através dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água.

Nos últimos dois anos, a diminuição das chuvas no Sudeste resultou em uma redução drástica nos níveis dos reservatórios. Em alguns períodos, desde outubro de 2013, o índice pluviométrico registrou apenas 1% do volume esperado.

Os especialistas em recursos hídricos ainda

se dividem entre os que atribuem as alterações no regime de chuvas à variabilidade climática de caráter cíclico, ou seja, que acontece naturalmente em décadas ou até em séculos ou às chamadas “mudanças climáticas” influenciadas pela ação predatória do homem sobre o planeta, gerando o aquecimento global.

No entanto, não há dúvidas de que as consequências negativas provocadas pelo desmatamento, ocupação desordenada das cidades, poluição dos rios, falta de planejamento hídrico no país, entre outros fatores, contribuiram para o menor volume de chuvas.

Dois projetos deliberados pelo Comitê Guandu tentam minimizar os impactos gerados pelo desmatamento. São eles: o Programa Produtores de Água e Floresta (PAF) realizado na cidade de Rio Claro, localizado no Sul Fluminense e o Plano Associativo de Combate às Queimadas e Incêndio.

O Produtores de Água e Floresta foi criado em 2008 e visa a restaurar e conservar a cobertura vegetal da Mata Atlântica. A ação registra a participação de 68 proprietários rurais dedicados à conservação e expansão de áreas florestadas em suas propriedades. O projeto está sendo realizado em parceria com a Prefeitura de Rio Claro,

a Secretaria de Estado de Ambiente (SEA), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), o Instituto Terra Preservação Ambiental (ITPA) e a The Nature Conservancy (TNC).

Dentre os resultados aguardados, esperam-se a melhora da qualidade e o aumento do volume de água na Bacia, bem como redução dos custos no tratamento de água.

A iniciativa de Pagamento por Serviço Ambiental está sendo ampliada na bacia do Guandu através do edital do Projeto de Pagamento por Serviço Ambiental (PRO-PSA Guandu). Julio Cesar O. Antunes conta com o aumento do programa para atingir as metas desejadas. “Trabalhamos na ampliação do programa e o Comitê está selecionando iniciativas do projeto”, disse.

Outra medida é o Plano Associativo de Combate às Queimadas e Incêndio, que está em análise na Câmara Técnica de Estudos Gerais (CTEG) para sugestão de propostas de implementação. O documento prevê a melhoria das operações de combate a incêndios florestais e cria um banco de dados com informações ambientais das bacias dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim.

A iniciativa já rendeu frutos. A cidade de Miguel Pereira, baseado no projeto do Comitê Guandu, ganhou uma Brigada de Incêndio e trabalha rapidamente através de uma integração com a sociedade, o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil e a Prefeitura.

“Desde 2011 vínhamos trabalhando no combate, porém de maneira separada e sem resultados positivos. Essa integração com o público, principalmente através do aplicativo de mensagens *Whatsapp*, ajudou muito. É importante lembrar que o Rio Santana, que é prioridade no combate aos incêndios, também contribui para o Rio Guandu. Partimos do Plano de Combate às Queimadas, mas fomos direto para a parte operativa e estamos nos adaptando com o objetivo de melhorar a cada ano”, contou o representante da Secretaria de Meio Ambiente de Miguel Pereira no Comitê, Claudio Ribeiro.

Todas as iniciativas, segundo o diretor Julio Cesar O. Antunes, estão sendo promovidas para que menos obstáculos acerca das questões hídricas surjam no futuro. “Sabemos, também, que nada acontecerá sem um trabalho de conscientização da sociedade”. Em seguida, o diretor acrescentou que o Comitê está promovendo um concurso escolar voltado para crianças e adolescentes das 15 cidades que compõem da Região

Hidrográfica II (RH II).

GTAOH

Reforçando a importância do Comitê Guandu sobre o tema, a instituição tem participado quinzenalmente de reuniões do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Operação Hidráulica (GTAOH). O diretor Julio Cesar O. Antunes e o representante no Comitê pela CSA-Thyssenkrupp, José Governo, participam dos debates.

Segundo o diretor, a gestão da água está sendo feita para evitar que se atinja o nível morto dos reservatórios. “Acompanhamos a situação de cada captação e a qualidade da água. Só teremos o cenário mais claro depois do próximo período chuvoso, mas a Bacia do Guandu está sendo gerenciada para não faltar água”, esclareceu o membro do Comitê.

José Governo comentou algumas das iniciativas de enfrentamento da questão, como o reforço do sistema de captação com instalação de cinco bombas a diesel adicionais de 350m³/h entre o Intake e as lagoas de água bruta. Como a vazão atualmente é de 70m³/segundo, José Governo reiterou algumas formas para manter a captação de água. “O Comitê Guandu terá papel determinante para a discussão de ações na Bacia, a fim de diminuir a salinização da foz, entre outras intervenções”, declarou.

Os projetos deliberados pelo Comitê Guandu possuem um único beneficiado: a sociedade, que precisa valorizar e ter cuidado com um bem indispensável que depende da preservação das matas, das encostas e das nascentes e margens de rios. Ou seja, espera-se, portanto, que os projetos de hoje resultem em um futuro melhor para todos.



Guandu: rio é a principal fonte de abastecimento da Região Metropolitana



Com a crise hídrica, especialistas destacaram que os comitês de bacia precisam ter um papel de destaque ainda maior na gestão hídrica

ENCONTRO DISCUTE OS DESAFIOS DA GESTÃO HÍDRICA

Nova Friburgo recebeu, em agosto, o III Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (ECOB RJ). O evento, realizado no Teatro Municipal Laercio Rangel Ventura, debateu o papel dos comitês de bacias hidrográficas na gestão dos recursos hídricos, principalmente devido ao atual período crítico que passa a região Sudeste.

O encontro foi uma prévia do Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), que este ano acontecerá na cidade de Caldas Novas, em Goiás. Durante os três dias de ECOB RJ, dirigentes e representantes de comitês, além de especialistas em recursos hídricos, participaram de diversas mesas de debates. No decorrer do evento, também ocorreram encontros setoriais e a assembleia geral do Fórum Fluminense de Comitê de Bacia Hidrográfica (FFCBH).

O sentimento entre os que participaram foi o de que o momento é delicado. Para eles, os órgãos colegiados serão fundamentais no processo de conscientização da sociedade sobre a conservação dos recursos hídricos e os temas relacionados.

O secretário de Meio Ambiente de Nova Friburgo, Ivison Macedo, citou a importância da integração entre os representantes das instâncias federal, estadual e municipal e o papel dos Comitês nesse processo. “Os municípios precisam de apoio técnico. É por isso que pedimos a influência dos Co-

mitês de Bacia, pois a cidade precisa pensar na gestão da bacia e das zonas de retenção hídrica, principalmente em períodos de crise”, comentou.

Esta visão também foi defendida pelo prefeito de Nova Friburgo, Rogério Cabral. “A discussão e a participação são os únicos meios para salvar o meio ambiente. Precisamos de conscientização e em Friburgo temos uma boa organização com o setor rural. Devemos, portanto, levar a preocupação com o meio ambiente a outros setores”, disse.

Diretor geral do Comitê Guandu, Julio Cesar O. Antunes afirmou que serão necessárias iniciativas conjuntas para a gestão dos recursos hídricos, principalmente neste período que o Estado passa. “A integração de ações dos comitês é imprescindível. Com a análise dos problemas regionais nos apropriaríamos dos instrumentos de gestão fundamentais para as ações a serem promovidas”, declarou.

Seguindo o pensamento do diretor do Comitê, a representante da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), Rosa Formiga, reconheceu a posição do Estado em comemorar avanços na gestão. Porém, afirmou que a escassez de água representa um desafio para a sociedade em geral. “Precisamos refletir sobre os obstáculos que a crise hídrica impõe à gestão de recursos hídricos”, disse.

Já Luiz Firmino, vice-presidente da Rede Bra-

sil de Organismos de Bacias Hidrográficas (REBOB), falou da necessidade dos comitês em focar na governança. “Quem tem implementado a Política de Recursos Hídricos tem avançado. Por isso, precisamos focar na governança e entender a importância política que as prefeituras possuem nesse processo”, ponderou.

MESAS TEMÁTICAS

As mesas de discussão abordaram temas como a segurança hídrica, a proteção de mananciais, o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), avanços e desafios na legislação de recursos hídricos e águas subterrâneas.

Rosa Formiga falou sobre a segurança hídrica. A representante da SEA fez um resumo do atual panorama da água e apontou ações, a partir do estresse hídrico, tomadas pelo governo estadual e por instituições parceiras. “A crise denunciou a vulnerabilidade dos nossos sistemas de abastecimento e fizemos adaptações emergenciais em algumas captações. Porém, ainda enfrentamos um índice pluviométrico abaixo da média histórica. Com as medidas, garantimos uma reserva de 1,5 bilhão de litros através da operação cautelosa dos reservatórios do rio Paraíba do Sul”, disse. A operação é acompanhada pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Operação Hidráulica (GTAOH), formado por representantes de Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs), sociedade civil, usuários da água, governo, Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Águas (ANA) e Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP).

Outro momento que instigou o público foi o de-

bate sobre a segurança hídrica e as alternativas do PSA com Mariê Ikemoto, do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). “Temos 147 captações que abastecem 94% da população do Estado e muitas dessas áreas têm poucos remanescentes de vegetação. É preciso ter conhecimento da pressão que essas áreas sofrem. O PAF, realizado pelo Comitê Guandu, possui bons frutos e será ampliado para outras regiões”, afirmou.

No debate sobre águas subterrâneas, mediado pelo diretor Decio Tubbs, a geóloga Elisa Bento, do Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro (DRM-RJ), pontuou que os Comitês precisam conhecer mais a temática. “Cerca de 30,8% da água doce está no subsolo. Não podemos dissociar a gestão das águas superficiais das subterrâneas”, disse Elisa.

Já a professora Maria da Glória Alves, da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), fez um alerta sobre as alternativas de oferta de água. “É preciso estudar a reserva hídrica. A gestão integrada deve considerar as águas subterrâneas e superficiais como indissociáveis”, finalizou.

OUTRAS DEFINIÇÕES

O evento foi finalizado com a Assembleia Geral Extraordinária do FFCBH, onde foi elaborada a Carta de Princípios e revisto o Regimento Interno do Fórum. Na continuidade, aconteceu a Assembleia Geral Ordinária do FFCBH, em que foram analisadas e aprovadas as moções, registradas as propostas dos encontros setoriais e a eleição da sede do próximo ECOB RJ, que será realizado em Campos dos Goytacazes, entre os dias 5 e 8 de julho de 2016.

PCA/GUANDU É APRESENTADO NO ECOB RJ

Pioneiro no Brasil, o Plano de Contingência para o Abastecimento de Água (PCA/Guandu) foi a experiência exitosa levada pelo Comitê ao Encontro Estadual.

O Plano define ações específicas e integradas com abordagens preventivas, de resposta, recuperação e de mitigação, tendo como objeto de interesse o abastecimento público de água para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, visto que a área não apresenta alternativas de mesma magnitude que a Estação de Tratamento de Água Guandu para seu abastecimento.

A iniciativa ficou em segundo lugar na votação de projeto, entre os que serão levados para o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB).



COMITÊ GUANDU PARTICIPA DE DEBATE NA FIRJAN



Caroline Lopes, da AGEVAP, durante o encontro que contou com a presença de representante de empresas da Baixada Fluminense

Tema de diversos encontros, a crise hídrica também foi pauta da reunião do Conselho Empresarial da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), regional de Nova Iguaçu, em julho. O Comitê Guandu esteve presente no encontro. Na ocasião, o diretor Amisterdan Ribeiro Cristo mostrou algumas das ações deliberadas pelo órgão colegiado. Já a especialista em recursos hídricos da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), Caroline Lopes, apresentou o panorama atual da escassez hídrica, focando nas ações tomadas na Região Hidrográfica -II (RH-II)

Cerca de 20 autoridades assistiram a reunião. O presidente do conselho empresarial da FIRJAN, Carlos Erane de Aguiar, apresentou uma pesquisa da Federação que mostra que 56,7% das indústrias do estado passaram a adotar ações de racionalização da água nos últimos dois anos.

O gerente geral de Meio Ambiente do Sistema FIRJAN, Luis Augusto Azevedo, ressaltou que a indústria deve continuar participando dos processos de tomada de decisão e da busca de alternativas, além de estimular a população a aderir ao

acionamento. “Não faltam estudos e projetos que visem à redução do consumo de água e energia, mas precisamos de ação por parte de toda a sociedade. Neste momento crítico, conscientização, mobilização e união são fundamentais para evitarmos a escassez”, disse Azevedo.

O diretor Amisterdan, que também é representante do Sindicato dos Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro (SIMARJ) na instituição, pontuou algumas questões de relações com os órgãos governamentais. “Estamos dispostos a formar parcerias com o poder público, entidades e sociedade civil para encararmos a crise. Os encontros do Sistema FIRJAN são relevantes porque ganhamos espaço para expor nossas iniciativas, além de trocar experiências, estreitar relacionamentos e multiplicar as ações”, enfatizou.

Caroline Lopes citou a importância da FIRJAN no processo de divulgação do problema. “Esta iniciativa de reunir diferentes esferas da sociedade para tratar da escassez hídrica é de extrema importância, pois ajuda a manter o assunto em pauta e a expor iniciativas que vêm sendo tomadas a longo, médio e curto prazos para enfrentar a crise”, elogiou.

REVISÃO DO VALOR DA COBRANÇA É DISCUTIDA



Durante Câmara, Moema Versiani (à esquerda) destacou a importância das discussões pela revisão do valor de cobrança

O valor da cobrança para o uso da água nas bacias dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim vem sendo debatido por membros da instituição em reuniões da Câmara Técnica de Instrumentos e Legais e Gestão (CTIL-G), voltada para essas questões. O Comitê está estudando o aperfeiçoamento da metodologia e o último debate aconteceu em setembro.

A questão havia sido lembrada pelo diretor executivo do Comitê Guandu, Decio Tubbs, durante a posse da diretoria colegiada para o biênio 2015-2016, realizada em fevereiro.

Segundo o Relatório de Gestão 2014 do Comitê Guandu, no sistema de cobrança estadual da Região Hidrográfica II, o Comitê Guandu arrecadou R\$ 9 milhões. Do total, R\$ 8 milhões são referentes à cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu e aproximadamente R\$ 1 milhão à cobrança das outras bacias pertencentes à Região Hidrográfica II. Segundo a Lei nº 4.247/03, 10% do montante arrecadado são destinados ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e 15% do arrecadado na bacia do Rio Guandu ao Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), devido à transposição da bacia do Rio Paraíba do Sul para a do Guandu.

É através desses recursos que projetos deliberados pelo Comitê são realizados, como o Pro-

dutores de Água e Florestas (PAF), Diagnóstico de Minas D'água, Semeia Guandu (de educação ambiental), Planos de Saneamento Básico e o Plano de Contingência para o Abastecimento de Água (PCA/Guandu).

“A discussão precisa ser feita com muita calma e, por isso, é necessário que sejam aprofundadas ao máximo”, comentou Decio.

A convite do Comitê Guandu, a gerente de Instrumentos e Gestão de Recursos Hídricos do INEA, Moema Versiani, participou das discussões e apresentou um histórico da cobrança na bacia. Moema parabenizou a iniciativa do Comitê Guandu, pioneira entre os comitês do Rio de Janeiro. “O Guandu pode desencadear um processo ainda maior no Estado para o aprimoramento da metodologia de cobrança”, avaliou.

O diretor geral do Comitê, Julio Cesar O. Antunes, afirmou ser necessário trabalhar a ideia para os próximos anos, inclusive considerando o Plano de Aplicação Plurianual (PAP). “Podemos começar com alterações simples. O planejamento é importante para que o aumento dos recursos arrecadados signifique novas ações para a bacia. A ideia é organizar o calendário para finalizar a discussão em maio de 2016, a fim de que seja levada ao CERHI/RJ para aprovação e, posteriormente, operação dos novos valores”, afirmou Julio.

PROJETO ESTIMULA AÇÕES AMBIENTAIS

Um dos maiores entraves na questão ambiental é a participação mais efetiva da sociedade nas iniciativas. É com esse objetivo que o Comitê Guandu está custeando o Semeia Guandu. O programa tem reunido importantes líderes da sociedade ligados à área de Meio Ambiente na Região Hidrográfica-II (RH-II).

As ações são realizadas pela empresa Fábrica de Projetos, que avaliou, inicialmente, quais eram as necessidades locais de cada um dos 15 municípios que compõem a RH-II. Em cima desse levantamento, foram feitas reuniões com lideranças em busca de conscientização socioambiental.

O Semeia Guandu acontece em três cidades-sede: Nova Iguaçu, Piraí e Paracambi. A iniciativa visa à sensibilização dos participantes, mostrando as responsabilidades que cada um possui na gestão dos recursos naturais e, através do compartilhamento de experiências exitosas, busca torná-los agentes multiplicadores de iniciativas.

Segundo Suelen Medeiros, consultora da Fábrica de Projetos, o programa tem o objetivo de integrar a população com o propósito de trazer benefícios a curto prazo para os municípios. “O desejo é gerar um impacto nas comunidades locais para que as pessoas possam comprar nossa ideia e, como consequência, ajudar a melhorar e preservar o meio ambiente na região”, afirmou.

De acordo com Suelen, os encontros têm sido

satisfatórios. “Ao mostrarmos as políticas públicas existentes e outras que podem ser aprovadas, já que são fontes de recursos para financiamento de projetos, apresentamos quais ferramentas podem ajudar as iniciativas durante o processo de captação de recursos financeiros”, disse.

Até o mês de setembro já foram desenvolvidos dois módulos: elaboração de projetos e captação de recursos. O primeiro abordou os passos da elaboração de um projeto, como a definição de metas, abrangência de ação, definição de estratégias e, principalmente, pensar a partir da realidade local. Já o segundo foi destinado aos procedimentos práticos para a captação de recursos.

Para o diretor geral do Comitê Guandu, Julio Cesar O. Antunes, projetos ambientais são essenciais para integrar a sociedade e estimular os indivíduos a participarem das ações socioambientais. “O projeto é um sucesso devido à presença da sociedade. Nossa proposta é impactar os cidadãos e torná-los integrantes das ações que são discutidas e deliberadas pelo Comitê Guandu”, declarou o diretor.

Thayani Velasco, da Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócios de Seropédica, uma das participantes do projeto está satisfeita. “Com o curso pude ver a importância de uma estratégia bem definida para o desenvolvimento das ações. Na prática, poderemos garantir uma atividade sustentável no futuro”, comentou.



O auditório da Universidade Iguaçu foi um dos espaços que recebeu o Semeia Guandu

CONSULTORIA APRESENTA RESULTADO DE PROJETO



Profissionais debateram diversos assuntos durante a capacitação, como a percepção sobre sustentabilidade

Representantes da Ciclos Consultoria Ambiental apresentaram, em setembro, durante a reunião da Câmara Técnica de Estudos Gerais (CTEG), os resultados finais do projeto “Educação Ambiental na Gestão dos Recursos Hídricos - Combate à poluição e adaptação à escassez de recursos hídricos”. A iniciativa faz parte dos projetos de Educação Ambiental deliberados pelo Comitê Guandu e foi finalizado com resultados satisfatórios.

Em consonância com o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2014-2016, a ação promoveu a construção de valores sócio-ambientais através de formação técnico-institucional. O programa abordou diversos aspectos, como a composição do Comitê Guandu, a definição de prioridades para investimentos e as formas de financiamento de projetos.

Ao todo, mais de 200 pessoas participaram dos 12 encontros. O gerente de projetos da Ciclos, Doma Lima, sugeriu que cada curso seja realizado nas 15 cidades que compõem a Bacia, ao invés de reunir vários representantes de cidades-sede. “Quando realizamos os trabalhos, a maioria dos participantes era de localidades próximas. A participação de representantes de cidades mais distantes foi baixa”, comentou.

“Não tivemos retorno negativo, o que nos dá a ideia de que o projeto correspondeu às expectativas. Quanto à avaliação do curso, 89% dos participantes o classificaram como ótimo e 11% como bom”, acrescentou o gerente da Ciclos.

O setor público foi majoritário na participação. Frederico Alves, diretor de Desenvolvimento Sus-

tentável da Prefeitura de Paracambi, avaliou positivamente. “O conteúdo foi rico e abordou questões da Bacia Hidrográfica e a Cobrança pelo Uso da Água. Isso demonstra a responsabilidade que se deve ter com a qualidade da água, bem como o gerenciamento dos recursos financeiros”, contou.

A engenheira civil Cleonice de Souza, outra participante, saiu satisfeita com o que acompanhou. “O curso foi produtivo. Não tenho contato com os recursos hídricos, mas a experiência serviu para ter mais clareza ao pensar num recurso tão essencial à vida”, afirmou.

Representantes da CTEG elogiaram os resultados. José Governo (CSA-Thyssenkrupp) parabenizou a iniciativa. “Precisamos de programas como esse e acredito que as Câmaras Técnicas precisam realizar, também, formações sobre a área e ampliar essas ações, até mesmo internamente”, disse.

O diretor executivo do Comitê Guandu, Decio Tubbs, acredita que, a partir dos resultados obtidos, podem-se vislumbrar ações locais que atendam às necessidades e ampliem a discussão entre os moradores de cada cidade.

“É importante divulgar na Bacia o Comitê Guandu e o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, nos níveis nacional, estadual e por bacia hidrográfica. Também precisamos pensar o uso cada vez mais frequente da internet e das redes sociais como forma de trazer a sociedade para as discussões em torno da água e apresentar projetos como esse. Os bons resultados nos deram o norte para seguirmos adiante”, declarou.

RESUMO DAS ATIVIDADES

As Câmaras Técnicas do Comitê Guandu são instâncias que analisam a fundo assuntos de acordo com suas pertinências, emitem pareceres e avaliações técnicas. A seguir, destacamos um resumo dos principais assuntos debatidos nas últimas reuniões realizadas em 2015.

CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS (CTEG)

Coordenador: Hendrik Mansur (TNC) e Subcoordenadora: Franziska Huber (FAETERJ/Paracambi)

A Câmara recebeu, em agosto, representantes da prefeitura de Miguel Pereira, que apresentaram a Operação Fogo Zero, baseada no Plano Associativo de Combate às Queimadas do Comitê Guandu. A Câmara Técnica aprovou a iniciativa e estuda implementar o programa nos demais municípios da bacia para reduzir o número de queimadas na Bacia do Guandu.

No mês de setembro o gerente de projetos Doma Lima, da empresa Ciclos, responsável pelo projeto “Educação Ambiental na Gestão dos Recursos Hídricos - Combate à poluição e adaptação à escassez de recursos hídricos”, fez uma apresentação com os números finais do estudo nas cidades que receberam o projeto de educação ambiental. Ao todo, 207 pessoas participaram dos encontros, com 89% do público presente avaliando o curso como ótimo e outros 11% como bom.



Além disso, foram apresentadas a atual situação dos projetos deliberados pelo Comitê Guandu, assim como as ações de enfrentamento à crise hídrica feitas pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Operação Hidráulica (GTAOH).

CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO (CTIL-G)

Coordenador: Jaime Azulay (CEDAE) e Subcoordenador: Paulo de Tarso (FIRJAN)



Esta Câmara vem discutindo a cobrança pelo uso da água na Bacia desde o mês de agosto. O assunto foi colocado em pauta como essencial pelo diretor executivo do Comitê Guandu, Decio Tubbs, com o prazo limite de até o final de 2015 ser aprovado na plenária do Comitê. Em um dos encontros foram apresentados os cálculos

que originam os valores cobrados e explicada a diferença entre os usos insignificantes, que não são cobrados, e os que precisam de outorga, que são tarifados.

A convite do Comitê Guandu, a gerente de Instrumentos e Gestão de Recursos Hídricos do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Moema Versiani, participou da reunião e deu sua contribuição sobre o tema.

Outro assunto discutido foi a alteração da Resolução Guandu nº 11/2006, que dispõe sobre a participação do Comitê Guandu no licenciamento de novos empreendimentos, alteração ou ampliação dos já existentes. A Resolução foi aprovada na Plenária após ser discutida em algumas reuniões da CTIL-G. Ficou definido que o Comitê acompanhará os processos de licenciamento, sem obrigações e apenas auxiliando o INEA nas análises.